‘’Moçambique precisa de uma visão de direitos humanos integrada para a resiliência climática e da cooperação internacional para evitar a dependência dos combustíveis fósseis’’, afirma especialista das Nações Unidas

MAPUTO (2 de Outubro de 2026) – Moçambique encontra-se num momento crítico para garantir a resiliência climática de toda a sua população; os Estados com elevadas emissões, os doadores, os países de origem dos investidores estrangeiros e as instituições financeiras internacionais devem abster-se de aprofundar a dependência do país dos combustíveis fósseis, afirmou hoje uma especialista da Nações Unidas.

No final de uma visita oficial a Moçambique, Elisa Morgera, Relatora Especial sobre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas, identificou grandes oportunidades e riscos para a protecção dos direitos humanos, especificamente no contexto do Super-El-Niño de 2026 e do excedente de emissões, e no nexus entre o direito ao desenvolvimento e o direito a um ambiente saudável em Moçambique.

Morgera afirmou que os dados científicos mais recentes indicam que o aumento da temperatura global deverá ultrapassar os 1,5°C, com interacções cada vez mais crescentes e incertas entre riscos ambientais, sociais e económicos e impactos amplificados que afectarão de forma desproporcional os Países Menos Desenvolvidos e as populações mais desfavorecidas.

Estabelecer um novo rumo para uma economia baseada nos direitos humanos e determinada de forma endógena pode garantir que a rica biodiversidade e os recursos naturais de Moçambique sejam reconhecidos como pré-requisitos essenciais para a sua resiliência climática. As iniciativas de desenvolvimento devem estar claramente alinhadas para proporcionar a melhor protecção possível à sua população, incluindo os mais vulneráveis, ao mesmo tempo que se alcançam múltiplos objectivos de políticas públicas em matéria de pobreza económica e energética, segurança hídrica e alimentar, educação, saúde e inovação verdadeiramente verde.

Morgera afirmou ainda que a comunidade internacional, e em particular os Estados com elevadas emissões, devem respeitar as obrigações internacionais em matéria de direitos humanos e clima, de acordo com as suas respectivas responsabilidades e capacidades: os doadores, os credores da dívida internacional e os países de origem das empresas multinacionais, bem como as instituições financeiras internacionais. Devem abster-se, particularmente, de quaisquer projectos que aprofundem a dependência dos combustíveis fósseis em Moçambique e, em vez disso, apoiar o país para que dê um salto qualitativo rumo a uma economia sustentável alimentada a energia solar”, através de uma abordagem baseada nos direitos humanos.

“Preocupa-me que, ao enfrentar as implicações da actual armadilha da dívida, da dependência humanitária e de um modelo económico baseado em megaprojectos prejudiciais, Moçambique corra o risco de ficar preso aos combustíveis fósseis e à indústria petroquímica, enquanto os países com elevadas emissões estão a transitar internamente para economias baseadas em energias renováveis, com benefícios económicos e de segurança nacional”, disse a Relatora Especial.

Ela observou que o dilema de Moçambique era agravado pelo fracasso dos Estados com elevadas emissões em chegar a um acordo internacional sobre medidas eficazes e equitativas para abordar a mitigação nos sistemas energéticos e alimentares, bem como as perdas e danos. O dilema era ainda mais agravado pelo cumprimento limitado, por parte dos Estados desenvolvidos, das suas obrigações internacionais em matéria de financiamento climático, conforme esclarecido pelo Tribunal Internacional de Justiça.

“Moçambique enfrenta uma oportunidade histórica”, acrescentou a especialista. O país tem o imperativo dos direitos humanos de desenvolver uma visão clara e integrada para uma economia baseada nos direitos humanos, capaz de apoiar o acesso à energia, sistemas alimentares saudáveis e resilientes e as melhores condições de resiliência climática para todos.

Morgera afirmou em seu comunicado que, identificou lições aprendidas, boas práticas e experiências que servem de alerta e que devem orientar Moçambique na transição para uma adaptação holística e baseada nos direitos humanos, que valorize o conhecimento local e as soluções lideradas a nível local, bem como no fortalecimento do quadro jurídico para garantir a responsabilidade das empresas no respeito pelos direitos humanos, incluindo a prevenção e a compensação por danos ambientais e aos direitos humanos em todos os sectores.

FIM!

Elisa Morgera, Relatora Especial para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos no Contexto das Mudanças Climáticas

Os Relatores Especiais, os Peritos Independentes e os Grupos de Trabalho são especialistas independentes em direitos humanos nomeados pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Em conjunto, estes especialistas são designados por «Procedimentos Especiais do Conselho dos Direitos Humanos». Os peritos dos Procedimentos Especiais trabalham a título voluntário; não fazem parte do quadro da ONU e não recebem qualquer remuneração pelo seu trabalho. Embora o Gabinete dos Direitos Humanos da ONU actue como secretariado dos Procedimentos Especiais, os peritos exercem as suas funções a título individual e são independentes de qualquer governo ou

organização, incluindo o ACNUDH e a ONU. Quaisquer pontos de vista ou opiniões apresentados são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam necessariamente os da ONU ou do ACNUDH.

As observações e recomendações específicas por país formuladas pelos mecanismos de direitos humanos da ONU, incluindo os Procedimentos Especiais, os órgãos dos tratados e a Revisão Periódica Universal, podem ser consultadas no Índice Universal dos Direitos Humanos https://uhri.ohchr.org/en/

Direitos humanos da ONU, página do país – Moçambique

Para questões e pedidos da imprensa, contacte:Frédérique Bourque (frederique.bourque@un.org).

Para questões da imprensa relacionadas com outros peritos independentes da ONU, contacte: Dharisha Indraguptha (dharisha.indraguptha@un.org).

Acompanhe as notícias relacionadas com os peritos independentes em direitos humanos da ONU no X: @UN_SPExperts.